

# A cruz do Descobrimento, um ano depois dos 500

Índios ainda guardam marcas do confronto que manchou as comemorações na Bahia em 22 abril do ano passado

Leticia Lins

Enviada especial

• SANTA CRUZ CABRÁLIA, BA. Um ano depois do confronto que marcou a festa dos 500 anos, quase nada mudou na terra do Descobrimento. Além das seqüelas físicas e psicológicas de índios, negros e brancos que entraram em choque com PMs durante a marcha "Outros 500", em 22 de abril de 2000, o Brasil corre o risco de ser novamente denunciado pelo confronto na Conferência Mundial Sobre Racismo, Intolerância e Outras Formas de Discriminação, que será realizada em agosto pela ONU na África do Sul. E a Anistia Internacional deflagrou em Londres campanha de protesto contra o resultado do inquérito da Polícia Federal sobre o conflito, que não apontou responsáveis.

Há um ano, cerca de dez mil pessoas, entre elas três mil índios, participavam das comemorações paralelas dos 500 anos em Santa Cruz Cabrália, a 727 quilômetros de Salvador. Outras tantas ficaram retidas nas estradas, onde os órgãos de segurança da Bahia montaram bloqueios. Os integrantes do "Outros 500" pretendiam marchar até Porto Seguro, mas a manifestação foi dissolvida pela PM. Apesar das denúncias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de que 70 índios ficaram feridos, o inquérito da PF restringiu-se a discussões filosóficas sobre as diferenças entre manifestação social e arruaça. O delegado Rubem Patury Filho disse não ter observado atitude agressiva contra os índios nem desvio de conduta da PM.

— Minha investigação se limitou aos índios. Fiz um relatório técnico, já que a Funai

não me forneceu um só laudo comprovando danos físicos aos índios — disse Patury.

O procurador da República no Extremo Sul da Bahia, Márcio Andrade Torres, pediu à PF novas diligências. Mas, segundo Patury, a solicitação ainda não chegou. O procurador anexou cópias de depoimentos de índios. Entre eles, Gildo Jorge Roberto, o Gildo Terena, que implorou de joelhos à PM

que cessasse a violência.

O terena, cuja foto ganhou os jornais do mundo e que vive hoje na aldeia Campo Novo, em Mato Grosso do Sul, contou que se arrastou cinco metros de joelhos pedindo pelo fim do confronto mas não conseguiu impedir a ação dos PMs. Disse que levou chutes e coronhadas e que hoje tem medo de sair da aldeia.

O comandante da operação

foi o coronel Wellington Muller. Segundo o relatório da Anistia Internacional, Muller foi premiado. O governo confirmou que o coronel foi promovido a comandante do policiamento do interior, mas nega que tenha sido pela atuação nas comemorações do Descobrimento. Muller negou que tenha havido excessos.

Até hoje o educador Edmilton Cerqueira, da Coordenação Nacional do Movimento Negro Unificado, guarda seqüelas do confronto. Sua foto sendo puxado pelos cabelos por um PM também foi divulgada no exterior e ele diz que ainda sente dores na mão esquerda e na barriga em consequência das agressões. Ao precisar da segunda via de sua carteira de identidade, descobriu que estava fichado na polícia por obstrução da via pública.

Hoje, tramita na Procurado-

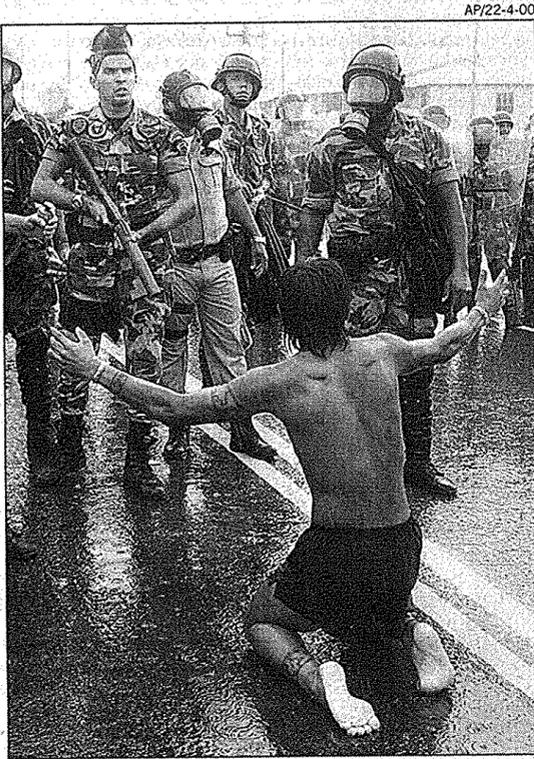
ria da República em Ilhéus inquérito para apurar danos materiais e morais. O inquérito está praticamente parado, aguardando parecer da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em Brasília, onde tramita ação em que os índios reivindicam indenização de R\$ 6,1 bilhões. O procurador quer saber se a ação será transferida para Brasília ou se continua o trabalho em Ilhéus.

— A festa dos 500 anos não foi festa. Foi um retrato de 500 anos de massacre, que vai ficar vivo por mais 500 anos na memória e no sentimento da gente — afirma o pajé Benedito Nascimento de Jesus.

Para não deixar a data passar em branco, no próximo fim de semana estarão reunidos índios, brancos, negros e ONGs em Porto Seguro num seminário sobre o Descobrimento. ■



CONCEIÇÃO, COM a família, promete resistir à perda das terras



GILDO TERENA se ajoelha e pede à polícia que pare com a violência



O PAJÉ Benedito Nascimento de Jesus: "Foi um massacre"

## Índios e Ibama disputam o histórico Monte Pascoal

Instituto não quer reserva na área ambiental, mas ela já está ocupada por 50 fazendas

• MONTE PASCOAL (BA). Durante muitos anos, eles foram tangidos do interior por fazendeiros, madeireiros e grileiros. Foram parar nas matas do litoral sul, então isoladas do resto da Bahia. Nos 500 anos do Descobrimento, elegeram o Monte Pascoal, primeiro ponto avistado por Cabral, como símbolo de resistência. Passaram a retomar com mais intensidade as terras que vinham reconquistando, chegando a expulsar fazendeiros. Mas o local histórico fica no Parque Nacional Monte Pascoal, que se estende por Porto Seguro, Itamaraju, Prado e Itabela. Resultado: litígio. De um lado os índios. Do outro, o Ibama, que não admite a permanência na área. No meio, a Funai, tentando fazer a mediação. Por fora, correm os grandes proprietários, que pressionam o governo pela preservação de suas benfeitorias.

Os índios querem os 80 mil hectares do monte como terra indígena. O Ibama, como patrimônio ecológico, embora já tenham se instalado ali cerca de 50 fazendas. Os pataxós for-

maram ali suas aldeias, como Corumbazinho, Guaxuama, Aldeia Nova, Boca da Mata e Barra Velha. A briga levou a Funai a formar um grupo de trabalho para avaliar a situação, mas ele já parou quatro vezes e na última semana estava sem funcionar, segundo Jorge Luís de Paulo, administrador da Funai em Eunápolis.

— A gente aqui está acuado feito um bicho no meio do mato. Antes eram os fazendeiros, agora é o Ibama — reclama o cacique Joel Braz, o Xarrumirim, de Aldeia Nova.

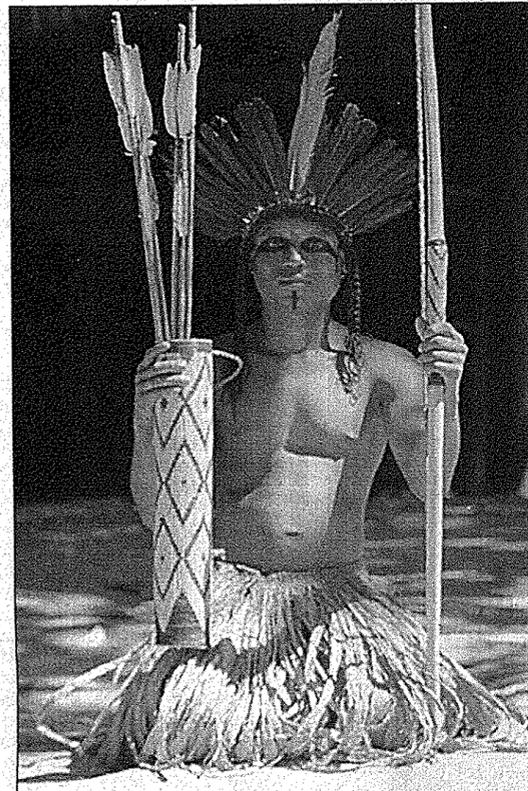
Pais de sete filhos, vivendo do plantio de banana e mandioca, Amilton Ribeiro e Conceição Braz prometem resistir: — A situação aqui é cada vez pior. Mesmo que o pessoal do Ibama retorne a gente não sai mais — diz Conceição.

Segundo Xarrumirim, os índios são constantemente acusados de destruírem as florestas do monte, quando o que ocorre é o contrário.

— Estamos vigilantes. Nos últimos 12 meses não houve aqui nenhuma queimada — diz o cacique. ■



UM ANO depois, Gildo Terena trabalha na agricultura em Rondonópolis



ARCO E FLECHA, os símbolos da luta por reconhecimento

## Jerry Adriani acredita no poder da educação

Pataxó que protestou na missa tornou-se professor e diz que está formando líderes

• SANTA CRUZ CABRÁLIA, BA. Seu nome é Jerry Adriani dos Santos de Jesus, porque sua mãe era fã do cantor. Mas prefere chamar-se Matalavê, como é conhecido na comunidade pataxó da aldeia de Coroa Vermelha. No ano passado, ele desafiou o clero e surpreendeu os convidados oficiais da Missa dos 500 anos ao subir no altar com uma faixa negra e fazer um contundente discurso de protesto contra cinco séculos de dominação. "Vocês têm que ter respeito, porque essa terra pertence a nós. Quando vocês chegaram aqui essa terra já era nossa".

Um ano depois, Matalavê permanece o mesmo. Lembra que a violência do dia 22 lhe deixou um pé ferido pelos estilhaços das bombas de gás lacrimogêneo e teve gripe e febre por cinco dias. Recebeu um convite para ser vice-cacique da comunidade pataxó em Coroa Vermelha, mas rejeitou. Por enquanto dedica-se ao magistério na Escola Indígena de Coroa Vermelha, onde acredita ser mais útil "formando uma ideologia" nos seus alunos.

Matalavê acha que, apesar das benfeitorias que o governo fez na aldeia pataxó, os índios estão prejudicados:

— Com a influência que o governo tem hoje dentro da aldeia, os índios perderam o rumo. Precisamos formar ideologias e forjar líderes para um projeto de comunidade. Índio não pode existir só para fazer bonito para turista, como ocorre hoje entre parte dos pataxós da Coroa Vermelha — reclama.

Na semana passada, Matalavê estava em Mato Grosso, submetendo-se a um concurso de magistratura plena para professores indígenas. Ao retornar, preparou uma exposição para seus alunos lembrando o confronto da festa dos 500 anos.

— Não podemos esquecer daquela humilhação. As consequências foram grandes, o movimento indígena terminou rachado e nós precisamos reconquistar a confiança dos parentes. Infelizmente, 500 anos depois ainda não respeitamos nossa dor nem nosso sofrimento — reclama. ■

## A briga pelo manto

Tupinambás querem peça de volta

• OLIVENÇA, BA. Nem mesmo o manto tupinambá do século XVII que virou a principal atração entre as 15 mil peças expostas na Mostra do Redescobrimento passou incólume. Em Olivença, distrito de Ilhéus, Nivalda Amaral de Jesus, a Amotara, deflagrou uma campanha pela volta do manto ao Brasil. O assunto já está em análise na Procuradoria da República em Ilhéus. A peça pertence a um museu da Dinamarca.

A avó de Amotara, que morreu em 1975, sempre lhe relatava a história de um manto vermelho, feito com penas de guará, usado por índios em momentos sagrados. As moças usavam-no na primeira menstruação e no dia do casamento e os homens, quando eram reconhecidos como caciques. A avó contou que o manto sumiu. Ela viajou a São Paulo para ver o manto na mostra:

— Senti uma emoção forte, uma voz dentro de mim dizia que era ele — recorda.

## Uma nova conferência

Agenda prevê manifestação no Congresso

• PORTO SEGURO, BA. Depois da Conferência de Povos Indígenas — que reuniu três mil índios em Santa Cruz Cabrália em abril passado — eles voltam à cena. De amanhã a quarta reúnem-se em Luziânia, Goiás, onde analisarão a situação do movimento indígena um ano depois e suas perspectivas. Deverão se manifestar em relação ao Estatuto do Índio, cuja tramitação encontra-se praticamente parada no Congresso. Espera-se a presença de 200 índios.

Quinta-feira novas caravanas chegarão a Brasília. Os índios farão rituais às 8h na Praça Galdino, onde Galdino Pataxó foi queimado. De lá, farão passeata até o Congresso, onde está prevista uma audiência no Auditório Nereu Ramos. Uma parte dos manifestantes segue para Porto Seguro, onde no fim de semana realiza-se o seminário "500 anos — Um ano depois". O encontro terminará com pronunciamento das entidades que participaram da marcha "Outros 500" no ano passado.